



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024

INEXIGIBILIDADE 17/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIENAÇÃO DE MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E BENS INSERVÍVEIS OU OCIOSOS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.684.217/0001-23, com sede na Av. Dom Silvério, nº 170 – Centro, Bom Jardim de Minas / MG – CEP: 37.310-000, através da Presidente da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 001/2024, torna público e comunica aos interessados nos termos dos específicos dispositivos **inciso IV do Art. 74 c/c inc. I do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/21**, que está instaurando o **PROCESSO N. 51/2024**, na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 17/2024** para **CREDENCIAMENTO** por **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024**, com a finalidade de **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIENAÇÃO DE MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E BENS INSERVÍVEIS OU OCIOSOS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/21**, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e na minuta de contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - Este procedimento tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIENAÇÃO DE MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E BENS INSERVÍVEIS OU OCIOSOS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, por atendimento, nas quantidades, especificações, especialidades e valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA APRESENTAÇÃO

2.1 – Os interessados deverão apresentar a documentação exigida à **partir das 08:00 horas do dia 07 de maio de 2024 até o as 16:00 horas do dia 24 de maio de 2024**, na sede da Prefeitura do Município de Bom Jardim de Minas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Dom Silvério, nº 170 – Centro. Bom Jardim de Minas / MG – CEP: 37.310-000, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, cuja parte externa deverá constar a seguinte descrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS – MG.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024

CREDENCIAMENTO POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024

NOME DO PROFISSIONAL/EMPRESA: _____

CPF/CNPJ: () _____

CLÁUSULA TERCEIRA

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1. Os envelopes serão recebidos até o preenchimento dos números de vagas ou seus acréscimos na forma da lei, seja por acréscimo de serviços, por necessidade de substituição ou de reposição, sendo a contratação realizada em obediência à estrita ordem de classificação, conforme disposições deste edital.

3.2. Os envelopes serão recebidos a partir da publicação deste Edital, até o encerramento do credenciamento a ser divulgado pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas – MG, no endereço supracitado ou pelo correio, sendo que o custo e o

risco da postagem e a inviolabilidade do envelope será de inteira responsabilidade do participante.

CLÁUSULA QUARTA

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

4.2. Os requisitos constam do item 4 e seus subitens abaixo com a apresentação da documentação relacionada.

4.3. Não será admitida neste Credenciamento a participação de interessados:

- a) Em recuperação judicial, em recuperação extrajudicial, concordatários ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação ou insolvência civil;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas suspenso, ou que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do DF;
- c) que possuam administradores, sócios dirigentes ou empregados que integrem o quadro técnico, que possuam familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) detentor de cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Bom Jardim, em áreas com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto do presente Credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA

HABILITAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

5.1 Para fins de habilitação e credenciamento, visando a posterior contratação de que trata este processo, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira;
- qualificação técnica.

5.2. A habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, deverão ser mediante a apresentação dos seguintes documentos.

5.3. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

5.3.1. Declaração atualizada, com data não superior a 30 dias contados da data estabelecida no subitem 3.1 deste edital, emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ou documento equivalente, que comprove a regularidade do leiloeiro perante a Junta.

5.3.2. Apresentação dos seguintes documentos:

- Cédula de Identidade do interessado;
- Inscrição no CPF do interessado;

5.4. A **regularidade fiscal e trabalhista** será comprovada mediante a apresentação de Prova de Quitação com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e a certidão negativa de débitos trabalhistas.

5.5. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante a apresentação da Certidão de Falência e Concordata ou de insolvência civil.

5.6. A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação de:

a) Prova de que o leiloeiro encontra-se devidamente inscrito na Junta Comercial da UF de jurisdição onde se darão os leilões a serem conduzidos.

5.7. O interessado deverá apresentar, ainda, documento, sob as penalidades cabíveis, conforme Anexo II, declarando que:

- a) os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste Credenciamento;
- b) não se encontra declarado inidôneo para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal e
- c) inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

5.8. Caso o interessado esteja com documento vencido, poderá apresentar a documentação atualizada, juntamente com os demais documentos de habilitação.

5.9. Os interessados deverão apresentar todos os documentos de habilitação dentro do envelope "Documentação para Habilitação".

5.10.Os documentos exigidos neste edital para credenciamento poderão ser apresentados no original, por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pela Comissão.

5.11.Não serão aceitos documentos apresentados através de fax ou e-mail.

CLÁUSULA SEXTA

CLASSIFICAÇÃO

6.1. Na data e horário fixados nos termos do subitem 2.1, desde que julgados os recursos eventualmente dispostos, **a Comissão realizará o ordenamento dos credenciados observando o critério do sorteio** que poderá ser realizado na mesma sessão de abertura da documentação apresentada, caso não existam recursos a serem analisados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO REPASSE

DOS VALORES À PREFEITURA

7.1. O **CONTRATADO, se obriga em até 05 (cinco) dias úteis contados da realização do leilão**, a efetuar o envio de dossiê de arrematação do bem móvel ou de bens inservíveis ou ociosos ou de leilão deserto à PREFEITURA, contendo a seguinte documentação:

- a) Auto de Leilão, após a realização do certame;
- b) Termo de Arrematação e Carta de Arrematação, se for o caso;
- c) Recibo da Comissão recebida do arrematante, se for o caso;
- d) Termo de Declaração de Leilão Deserto, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA

DA FORMA E CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO

DOS SERVIÇOS ENTRE AS CONTRATADAS

8.1. Os leilões, independente da quantidade de lotes, serão distribuídos entre os leiloeiros contratados, iniciando-se a distribuição pelo leiloeiro ordenado em primeiro lugar no banco de credenciados, ou seja, a convocação dos leiloeiros para realização dos leilões, somente ocorrerá quando seu antecedente na ordem do banco de credenciados houver recebido os serviços.

8.1.1. Para fins de distribuição de serviços, considera-se o primeiro e segundo leilões do mesmo lote de bens.

8.2. Caso o leiloeiro da vez não possa realizar o leilão, este deverá justificar através de ofício os motivos para a não realização dos serviços, sendo convocado o próximo leiloeiro no banco de credenciados.

8.3. O leiloeiro que não realizar o leilão na sua ordem de convocação, só será demandado novamente após a realização de leilão pelo leiloeiro que o antecede no banco de credenciados.

8.4. Quando todos os leiloeiros contratados forem demandados, a distribuição dos leilões será reiniciada.

8.5. O leiloeiro que recusar o serviço, independente do motivo, por três vezes durante a validade do contrato ou que tenha demonstrado desempenho operacional, insatisfatório, terá seu contrato rescindido.

8.6. Em caso de rescisão contratual, será convocado o leiloeiro ordenado de acordo com os critérios de que trata o item 6.1 deste Edital.

CLÁUSULA NONA

DA ORGANIZAÇÃO E LOCAL DO LEILÃO PÚBLICO

9.1. A organização do leilão será realizada pelo CONTRATADO, sob sua responsabilidade e ônus, em local próprio destinado a esse fim, à critério da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

9.2. Serão a cargo do CONTRATADO todas as despesas necessárias e/ou decorrentes, tais como café, água, internet, e-mail e catálogos.

9.3. O CONTRATADO deverá fornecer, às suas expensas e sob sua responsabilidade exclusiva, toda a mão de obra auxiliar para o bom desempenho das etapas relativas ao leilão: catalogar, emitir atas e recibos, inclusive sinal de arrematação.

9.4. Conduzir o público ao leilão e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

9.5. Fornecer aos arrematantes vencedores os Termos de Arrematação e os recibos dos valores pagos.

9.6. O CONTRATADO deverá corrigir, por sua conta, e no prazo fixado pela Prefeitura

Municipal de Bom Jardim de Minas, os serviços que apresentam incorreção e imperfeição.

CLÁUSULA DÉCIMA

PUBLICAÇÃO

10.1. Serão publicadas a relação dos habilitados, credenciados e a ordem de classificação.

10.2. As publicações serão feitas pelos seguintes meios:

10.2.1. Quadro de aviso da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas – MG.

10.2.2. Página da Internet da Prefeitura, acessando a página <https://www.bomjardimdeminas.mg.gov.br/diariobj/>.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA CONTRATAÇÃO

11.1. Serão convocados os profissionais credenciados por ordem de classificação, até o preenchimento das vagas fixadas neste edital.

11.2. Se não forem preenchidas todas as vagas ou se ocorrer às hipóteses de descredenciamento, rescisão contratual ou acréscimo de serviços, a convocação também se dará por ordem de classificação, porém para todos os profissionais credenciados;

11.3. O Município convocará os profissionais credenciados para assinatura do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, conforme Minuta de Contrato anexa a este edital.

11.4. Para assinatura do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, os profissionais terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período, na forma do **§ 1º, do art. 90, da Lei nº 14.133/21**.

11.5. O credenciamento do profissional não obriga o MUNICÍPIO a efetuar sua contratação. As contratações se darão dentro do limite de vagas estabelecidas neste edital e de acordo com a demanda presente e futura na implantação e operacionalização do Serviço de Atendimento em locais indicados pela Secretaria Municipal de Administração.

11.6. A **vigência** do contrato oriundo desse credenciamento será da data de sua assinatura por um período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado no

interesse das partes até o máximo permitido em Lei, podendo ser renovado até um decênio com base no **Art. 107 da Lei 14.133/21, caso não existam outros leiloeiros na ordem de classificação.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS VAGAS, PREÇO, FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. A título de remuneração o contratado receberá 5% (cinco por cento) do valor de arrematação de cada bem móvel ou bens inservíveis ou ociosos arrematados, a ser pago pelo arrematante no ato do leilão, sendo esta a única remuneração percebida pela execução do contrato, não cabendo qualquer exigência de pagamento ou ressarcimento junto a PREFEITURA ou a terceiros pelos serviços avençados neste instrumento.

12.2. O CONTRATADO obriga-se a restituir ao arrematante o valor pago a título de comissão, sem direito a reembolso, nos casos em que a contratação da venda não possa ser concluída em virtude de determinação judicial.

12.3. Caso o negócio não se realize por culpa exclusiva da PREFEITURA, a comissão será devolvida ao arrematante pelo CONTRATADO, o qual terá direito ao ressarcimento do respectivo valor, a ser efetuado pela PREFEITURA.

12.4. No caso de desistência do arrematante não haverá a devolução da comissão pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO DESCREDENCIAMENTO

13.1. Pelo MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

13.1.1 O (a) credenciado (a) deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;

13.1.2. O(a) credenciado (a) descumprir qualquer das obrigações estabelecidas neste edital;

13.1.3. O(a) contratado (a) praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

13.1.4. Ficar evidenciada a incapacidade do credenciado de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de

inspeção;

13.1.5. Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado do MUNICÍPIO;

13.1.6. Em razão de caso fortuito ou força maior;

13.1.7. No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;

13.1.8. Nas outras hipóteses elencadas nos **Arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21**.

13.2. Pelo credenciado:

13.2.1. Mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao **MUNICÍPIO**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DOS RECURSOS, DAS PENALIDADES E SANÇÕES

14.1. Recursos

14.1.1. Das decisões proferidas pela Administração caberão recursos nos termos do **Art. 165 da Lei nº 14.133/21**.

14.1.2. O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arrazoada e subscrita pelo recorrente, obedecendo aos prazos previstos na Lei de Licitações.

14.1.3. Ser protocolizado na Comissão Permanente de Licitação do Município de Bom Jardim de Minas, ou via Protocolo Geral da Prefeitura, localizada na Av. Dom Silvério, nº 170 – Centro. Bom Jardim de Minas / MG – CEP: 37.310-000; no horário de 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

14.1.4. O Recurso também poderá ser enviado via e-mail institucional do setor de licitações: licitacao@bomjardimdeminas.mg.gov.br.

14.2. PENALIDADES

14.2.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal

do contrato, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, sem prejuízo das consequências previstas em lei;

14.2.2. A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente 3 (três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e aplicação das demais sanções legais previstas;

14.2.3. Os licitantes e/ou contratados ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas na **Lei nº 14.133/21**, nos casos não previstos neste edital.

14.4. SANÇÕES

14.4.1. O ***descumprimento total ou parcial*** das obrigações assumidas pelo credenciado caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa aplicação da multa, segundo o caso, não eximirá o credenciado de sofrer outras sanções previstas na Lei 14.133/21, especialmente as previstas no Art. 155, I a IV.

14.4.2. Em qualquer caso de aplicação de sanção, será sempre garantido a contraditória e ampla defesa no prazo máximo de 5 dias da notificação, sempre em processo administrativo específico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

15.2. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

15.3. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas - MG, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante credenciada.

15.4. O licitante não poderá negar o fornecimento dos serviços requisitados, sob pena de provocar o cancelamento do Credenciamento.

15.5. A Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas – MG, reserva-se o direito de

revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do **Art. 71 da Lei nº 14.133/21**, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do Art. 147 da citada Lei.

15.6. A Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas – MG, reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões de licitação e utilizar este meio como prova.

15.7. O (a) Presidente da Comissão de Licitação dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que arguidas até o término do prazo para contratação, no endereço: Av. Dom Silvério, nº 170 – Centro. Bom Jardim de Minas – CEP: 37.310-000, ou pelo telefone (32) 3285-1000, no horário de 08:00 às 16:00 horas.

15.8. Durante o período de vigência do contrato o Credenciado deverá manter regular, através de documentos, as mesmas condições de habilitação do momento do credenciamento.

15.9. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza por proposta enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT não recebida na data e hora estipulada para o recebimento e julgamento.

15.10. Poderá a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, exigir a qualquer época documentos e informações complementares atinentes a este Processo de Licitação.

15.11. Não caberá aos participantes indenizações de qualquer espécie pelo insucesso neste certame.

15.12. É competente o foro do Município de Mar de Espanha – MG, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente contratação, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.10. São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Requerimento de Credenciamento e Declarações;

Anexo III – Minuta do contrato;



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23



Bom Jardim de Minas – MG, 06 de Maio de 2024.

Larissa Teodoro de Rezende

Presidente da CPL



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024
INEXIGIBILIDADE 17/2024
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

(ANEXO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024

INEXIGIBILIDADE 17/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Nome do leiloeiro		
CPF		
Matricula na Junta Comercial		Data da inscrição
Endereço		
Bairro		Município
UF	CEP	E-mail
Telefone	Celular	Fax

A – DECLARAÇÕES

DECLARA, EXPRESSAMENTE, que:

- 1) cumpre e acata as normas estabelecidas no edital de credenciamento, estando plenamente ciente do teor e da extensão deste documento, que cumpre os requisitos de habilitação, que encaminha em anexo os documentos necessários;
- 2) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República de 1988;
- 3) não é inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, nem está suspensa ou impedida de licitar ou contratar com o Município de Sapucaia do Sul;
- 4) não é estrangeira sem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 5) não é autora do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo relacionado ao objeto desta licitação, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, ou, ainda, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 6) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 7) não possui, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 8) sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de

ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital.

B – DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

Considerando o disposto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 14, inciso IV, DECLARA, para todos os efeitos legais que:

- 1) não é cônjuge, ou não possui sócio ou, no caso de sociedade anônima, diretor, que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato decorrente deste credenciamento;
- 2) está ciente da vedação:
 - a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na fase de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato decorrente deste credenciamento
 - b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a INTERESSADA/CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE.
- 3) são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

C - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI N. 13.709/2018

- 1) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 2) As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
- 3) As partes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
- 4) Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos/as representantes da INTERESSADA/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação.
- 5) A INTERESSADA/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
- 6) A INTERESSADA/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.
- 7) O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança será o Comitê Gestor de Dados Pessoais.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23



Nestes termos, requer deferimento.

Em ___ de ___ de 2024.

ASSINATURA E CARIMBO/LOGO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024

INEXIGIBILIDADE 17/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2024

O **MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS**, sediado na Av. Dom Silvério, nº 170, Centro, CEP: 37.310-000, nesta cidade, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. José Francisco Mattos e Silva, de um lado e, de outro lado o Sr(a) [NOME COMPLETO DO LEILOEIRO], na condição de LEILOEIRO OFICIAL matriculado na Junta Comercial do [Estado], sob nº __, datado de __/__/__, daqui por diante denominado CONTRATADO, têm justo e contratado a prestação dos serviços objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo Edital de Credenciamento nº ____/2023, seus Anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, para o fim especial de alienar, por meio de processo licitatório na modalidade de leilão, moveis, veículos, máquinas e bens inservíveis ou ociosos de propriedade da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, sujeitando-se as partes contratantes às normas estabelecidas no Decreto nº 21.981/1932 Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o credenciamento de leiloeiro para prestação de serviço de alienação de moveis, veículos, máquinas e bens inservíveis ou ociosos pertencentes à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, recebidos a qualquer título, por meio de processo licitatório na modalidade leilão, a ser desenvolvido na forma preconizada pela legislação vigente.

1.2. A presente contratação não importa, necessariamente, em exclusividade, podendo a CONTRATANTE contratar outro leiloeiro credenciado, para realização de leilões de lotes distintos, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1. São obrigações do CONTRATADO, além das demais previstas neste contrato e Termo de Referência – do edital de credenciamento de Leiloeiro para Prestações de Serviços de Alienação de Bens Móveis da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas:

I - executar os serviços na forma pactuada no presente instrumento, realizando o leilão dentro dos prazos descritos neste contrato;

II - fornecer à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas relatório circunstanciado sobre o leilão e o resultado deste, acompanhado de toda a documentação pertinente;

III- observar na venda dos bens móveis as disposições da Lei nº 14.133/21;

IV – emitir laudos de avaliação de bens móveis, quando requisitados pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas;

V - proceder a ampla divulgação do leilão, utilizando anúncios, remessa de mala direta e todos os recursos de divulgação eficazes aos clientes cadastrados, principalmente nas praças de localização dos bens.

VI - Enviar à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, em até 05 (cinco) dias úteis contados da realização do leilão, o dossiê de arrematação do bem móvel, máquinas e bens inservíveis ou ociosos ou de leilão deserto, contendo a seguinte documentação:

- a) Ata de Leilão, após a realização do certame;
- b) Termo de Arrematação e Carta de Arrematação, se for o caso;
- c) Recibo da Comissão paga ao arrematante, se for o caso;
- d) Termo de Declaração de Leilão Deserto, se for o caso.

VII - ressarcir à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas quaisquer prejuízos que esta vier a sofrer, decorrentes de atos omissivo ou comissivo de sua responsabilidade;

VIII- submeter, antes de sua divulgação, toda e qualquer publicação referente ao evento, à análise e aprovação prévia da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas;

IX - destinar e preparar o local para o público leilão, dotando-o de todos os equipamentos necessários para a realização do evento, bem como disponibilizar pessoal para atendimento aos compradores em potencial, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas;

X - conduzir o público ao Leilão e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas;

XI - fornecer aos arrematantes vencedores os Termos de Arrematação e os recibos das comissões pagas;

XII - pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes deste contrato, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas;

XIII - submeter à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, quando for o caso, os recursos apresentados pelos licitantes;

XIV - informar à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

XV - não utilizar o nome da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, ou sua qualidade de contratado desta, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico;

XVI - guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para o cumprimento do presente contrato, e responsabilizar-se, perante a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas informações, ou pelo seu uso indevido.

2.2. Ficarão a cargo do CONTRATADO todas as despesas inerentes à execução dos serviços, tais como:

I – Criação da arte e diagramação dos anúncios e Edital do Leilão;

II – Elaboração e distribuição de catálogos no da do evento;

III – Análise documental móveis;

IV – Equipe específica para confecção e preenchimento dos documentos elencados nos itens VI e Vda Cláusula Segunda deste contrato;

V – Equipe completa de caixas e recepção;

VI – Fornecimento de café e água mineral;

VII– Disponibilização e manutenção de site na internet, contendo informações, edital dos Leilões e fotos dos bens ofertados;

VIII – Página dos jornais com a publicação dos leilões, os quais comporão o dossiê constante na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

3.1. São responsabilidades do CONTRATADO:

I - todo e qualquer dano que causar à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, ou a terceiros, ainda que culposo, decorrente da prestação de serviço objeto deste contrato;

II - responder perante a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas por qualquer tipo de omissão ou ação que esta venha a sofrer em decorrência da prestação de serviço objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

4.1. A Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas obriga-se a:

- I) disponibilizar os bens com a documentação inteiramente regular e livres e desembaraçados de ônus, pendências judiciais ou extrajudiciais;
- II) providenciar as publicações legais efetuadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais de grande circulação;
- III) fixar o preço mínimo de arrematação, conforme a legislação vigente;
- IV) notificar o CONTRATADO de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA

DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

5.1. O CONTRATADO receberá do arrematante, a título de taxa de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor arrematado.

5.2. Nenhum valor será devido pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas ao CONTRATADO, pelos serviços prestados neste contrato, sendo que neste ato, o

CONTRATADO renuncia à comissão que seria de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, prevista no art. 24 do Decreto 21.981, de 19/10/1932.

5.3. Em hipótese nenhuma, será a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos que o CONTRATADO tiver de despendar para recebê-la.

5.4. Caso não ocorra a efetivação da contratação da venda, por erro na publicação ou falha nas informações, e ainda, no caso do público leilão ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo CONTRATADO, sem que isto enseje reembolso de qualquer espécie.

5.5. Caso a efetivação do negócio não se realize por culpa exclusiva da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo CONTRATADO, tendo este direito ao ressarcimento do respectivo valor, a ser efetuado pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

5.6. Nos casos de desistência do negócio por parte do arrematante, não há devolução da comissão por parte do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA

DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas e concordância do CONTRATADO, por período igual ou inferior até o limite permitido na Lei 14.133/21, caso não existam outros leiloeiros classificados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

DE LEILÃO DE BENS IMÓVEIS

7.1. O 1º leilão deve acontecer, impreterivelmente, até 15 dias contados da solicitação da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

7.2. É considerado concluído o leilão quando todas as unidades que compõem o lote forem arrematadas ou quando, na sobra de alguma unidade daquele lote, for realizado o 2º leilão.

7.3. Para os demais casos de bens móveis e bens inservíveis ou ociosos, a realização do leilão deverá ocorrer mediante solicitação da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

CLÁUSULA OITAVA

DOS BENS A SEREM ALIENADOS

8.1. Os bens móveis e bens inservíveis ou ociosos a serem alienados serão repassados pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, com todas as informações necessárias para a alienação, tais como: descrição do bem e preço mínimo de alienação.

CLÁUSULA NONA

DA ORGANIZAÇÃO DO LEILÃO

9.1. A organização do leilão será realizada pelo CONTRATADO, sob sua responsabilidade e ônus, em local próprio destinado a esse fim à critério da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO VALOR DE VENDA DOS BENS

10.1. Os bens objeto da alienação não poderão ser vendidos por valor inferior ao preço mínimo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOS CASOS DE RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato por parte do CONTRATADO ensejará sua rescisão nos termos da lei nº 14.133/21, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

11.2. Reserva-se à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, presente a conveniência administrativa, a faculdade de rescisão contratual, mediante prévia comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte à outra parte direito à reclamação ou indenização pecuniária.

11.3. É facultado ao contratado rescindir o presente contrato, desde que notifique a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS PENALIDADES

12.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, o CONTRATADO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I - Advertência;
- II – Rescisão contratual;
- III - suspensão temporária de participação em licitação com a Administração, por prazo não superior a 3(três) anos;
- IV – impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3(três) anos;
- V – declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

12.2. A advertência será aplicada em casos de faltas ou descumprimento de cláusulas que não causem prejuízo à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

12.3. Ocorrendo reincidência de falta punível com advertência, pelo mesmo motivo, ou três por motivos distintos, será facultada a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas a imediata rescisão contratual.

12.4. A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas pelo prazo de até 3(três) anos poderá ser aplicada no caso de reincidência em descumprimento de prazo contratual, descumprimento total ou parcial de obrigação contratual, ou, ainda, em caso de rescisão contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

12.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada ao CONTRATADO que se recuse a assinar o contrato no prazo estabelecido e à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

12.6. As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda à CONTRATADA:

- a) sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- b) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste procedimento;
- c) descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.

12.6. As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela competente autoridade da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA.

12.7. A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

12.8. As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas em consonância com as disposições do Decreto nº 21.981, de 19/10/32.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

13.1. Correrão por conta exclusiva do CONTRATADO todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas e/ou reembolsadas pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, devidamente expressas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 14.133/21 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos não previstos neste contrato ou possíveis dúvidas que surgirem durante a sua vigência serão dirimidas por via de entendimento entre as partes, observando as disposições da Lei 14.133/21 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA ALTERAÇÃO DO LEILÃO

16.1. A Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas se reserva o direito de alterar o leilão, no todo ou em parte, sem que caiba direito à indenização de nenhuma espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. As partes ficam adstritas, ainda, às seguintes disposições:

- I - O CONTRATADO declara, neste ato, ter condições financeiras próprias para suportar as despesas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, não se responsabilizando, a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, pelo aporte de recursos para a execução dos serviços.
- II - É vedado ao CONTRATADO caucionar ou utilizar esse contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas.
- III - A tolerância em relação à inobservância de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento não constituirá precedente, novação ou modificação dos termos do presente contrato, que só poderá ser alterado mediante expressa estipulação escrita.
- IV - O CONTRATADO está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23



V - OCONTRATADO declara que aceita o presente contrato, nos termos e condições pactuados neste instrumento, obrigando-se, por si e por seus prepostos, a cumpri-lo fielmente, especialmente no que se refere aos procedimentos operacionais que a Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas vier a estipular para a execução do presente contrato, a prazos, modelos e condições para a remessa de documentos, relatórios e prestações de contas.

VI - Aplicam-se, subsidiariamente às disposições deste instrumento contratual, no que couber, a norma dos Códigos Civil e Comercial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DO FORO

18.1. As partes aceitam e elegem o foro da Comarca de Andrelândia/MG, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir as questões que não puderem ser, amigavelmente, resolvidas pelas partes.

Assim, justas e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bom Jardim de Minas, ____ de ____ de 2024.

PELO CONTRATANTE

José Francisco Mattos e Silva

Prefeito Municipal

PELO (A) CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA1:

CPF:

TESTEMUNHA2:

CPF: